

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Eni Voltolini - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, também quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, nesta manhã chuvosa de quinta-feira. Quero fazer o registro da necessidade de alerta às instituições do setor, Defesa Civil e Segurança Pública, que já estão na expectativa devido à necessidade de precaução das comunidades, especialmente as que ficam às margens dos rios e regiões que tenham possibilidade de alagamentos, porque há previsão de muita chuva no estado de Santa Catarina nos

próximos dias, aliás, chuva que já começou forte pelo oeste do estado na manhã de ontem.

Quero falar na manhã de hoje, senhores e senhoras, sobre segurança pública. E vou começar por uma ocorrência que teve curso aqui nesta Assembleia Legislativa, às 23h30 do domingo para segunda, do dia 22 para 23 de junho. Um taxista sendo assaltado parou o veículo em frente à Assembleia Legislativa onde entrou dando sinal típico de alerta e foi socorrido pelo sargento Luiz Claudio Rufino, policial militar que trabalha neste Poder e que, estando no seu turno de plantão na frente, fez a abordagem do elemento que estava com duas facas assaltando o taxista. Ele abordou, rendeu e prendeu o assaltante que, em seguida, foi conduzido à delegacia por outras viaturas da região do centro da capital, que vieram em apoio, o chamado P11.

Então, gostaria de parabenizar o sargento Luiz Claudio Rufino pelo trabalho e registrar a importância do efetivo que trabalha nesta instituição Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que é, sim, atribuição constitucional e dever da Polícia Militar fazer a segurança. E também está cotidianamente, durante 24h por dia, à disposição da comunidade que aqui nessa cercania eventualmente precisa da intervenção da Polícia Militar.

Parabenizo, portanto, o efetivo da Casa Militar da Assembleia Legislativa, na pessoa do sargento Luiz Claudio Rufino.

E vou continuar falando de segurança pública e voltar a um tema que é importante que todos nós deputados façamos. E sei que fazemos através de indicações, requerimentos, de pronunciamentos dessa tribuna, que é a defesa de mais segurança pública, mais efetivos, mais policiais militares e civis, bombeiros militares e funcionários do Instituto-Geral de Perícias do sistema prisional também.

Quero ler um ofício n. 001/2014, de Jader Maurício Schweitzer, presidente do CDL de Luiz Alves, encaminhado a todos nós e a todas as autoridades, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Viemos através deste, oficializar a insatisfação no que diz respeito à segurança no município de Balneário Piçarras - SC.

É público e notório o fato de o comércio do município ter sido alvo de reiterados atos criminosos atentatórios ao patrimônio e à vida. Nesse sentido, sentimo-nos ameaçados enquanto seres humanos e empresários, tendo em vista que os eventuais danos causados aos funcionários são de responsabilidade dos empregadores.

Urge a necessidade de que se aumente o policiamento e seja implantado o monitoramento através de câmaras de vigilância. A título de exemplo, a loja Calito, estabelecida neste município, foi alvo de atos criminosos sete vezes em apenas três anos, que é o período de funcionamento na referida cidade, anexo os Boletim de Ocorrência.

Em nenhuma das ocasiões a empresa obteve qualquer contrapartida por parte da Polícia Militar, levando em consideração que o batalhão da Polícia Militar está há apenas 800 (oitocentos) metros do referido estabelecimento comercial.

Tendo em vista a situação fática e jurídica, e que é dever do estado proporcionar segurança à população, solicita-se medidas de urgência.

Na certeza de vossa compreensão e colaboração, subscreve-se.

De Balneário Piçarras - SC para Florianópolis - SC, 20 de maio de 2014.

Jader Maurício Schweitzer, Sócio Administrativo, presidente do CDL de Luiz Alves - SC" [sic]

Bom, com respeito à reclamação está absolutamente correta a falta de policiamento, especialmente nesse sentido de efetivos da Polícia Militar em Balneário Piçarras, Navegantes, Penha, Barra Velha, em todas as cidades do estado de Santa Catarina. Quero registrar que, e a reclamação aqui é com relação a Polícia Militar, de que nenhum desses setes assaltos que essa loja sofreu em três anos, a Polícia Militar teria atuado.

Quanto à avaliação dele, é preciso registrar que a polícia militar ou atua com procedência ou depois não há muito o que fazer, até porque a tarefa de investigação dos fatos delituosos ocorridos não é atribuição da polícia militar, como é de conhecimento geral das autoridades, da sociedade, mas dos policiais civis.

Então, o que falta é efetivo. O que falta de fato é mais policial militar à disposição da sociedade. É possível dizer que falta também mais policiais civis para investigar mais, apurar melhor os delitos de roubos, de furtos que têm ocorrido com frequência gritante.

Solidarizamo-nos com o requerente tendo em vista o encaminhamento deste ofício, assim como com o conjunto dos empresários, especialmente os pequenos, que são as maiores vítimas de assaltos, e as pessoas físicas, o cidadão comum, na sua residência, no seu automóvel, na sua bicicleta, sua integralidade física e moral.

O monopólio empresarial não tem problema com segurança, até porque tem condições de contratar uma empresa privada que lhe preste este serviço. Já os pequenos comerciantes dos bairros das grandes cidades ou do centro da maioria das cidades do estado, os pequenos comerciantes que têm uma loja, um pequeno estabelecimento, são as principais vítimas.

Eu moro em São José, num bairro popular, na região da Serraria, e é absurdamente gritante a quantidade de assaltos que acontecem no mercadinho do bairro, na cabeleireira, na padaria, é uma coisa impressionante. Em alguns períodos é constrangedor para este parlamentar e policial militar ir à padaria.

É preciso, evidentemente, combater isso, investir mais nas políticas sociais de educação, assistência social, saúde, geração de emprego e de apoio ao pequeno agricultor para que permaneça trabalhando na agricultura em condições de dignidade, e que seus filhos também permaneçam.

Isso é fundamental e é a verdadeira prevenção. Educação em tempo integral é a verdadeira prevenção ao aumento da violência e da

criminalidade. Mas, já que não se fez isso no passado, infelizmente, precisamos mais policiais nas ruas, mais patrulhamento, para coibir, conter este crescimento da criminalidade, dos furtos e roubos às pessoas e aos pequenos estabelecimentos comerciais.

Esse é o registro que faço, mas precisaríamos aprofundar este debate e o faremos em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente!

Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, sociedade catarinense.

Nós temos destacado, nesta tribuna, as potencialidades do nosso estado de Santa Catarina que, apesar de só ter 1,5% do território nacional, se encontra, economicamente, em qualidade de vida, em desenvolvimento, entre os cinco ou seis melhores estados do nosso país. Claro, em alguns itens é declaradamente, reconhecidamente, o melhor estado do Brasil, o melhor estado para se viver. É destino turístico preferido por uma série de qualidades, pelas suas belezas naturais, pelo investimento que recebe e que destaca Santa Catarina.

Mas, no dia de hoje, faço uma homenagem ao cidadão catarinense, àquele que faz com que efetivamente esses fatos ocorram, aquele que trabalha, que produz, que luta e acredita, fazendo o desenvolvimento do nosso estado.

Também queria fazer uma homenagem especial ao Luciano Hang, diretor-presidente, proprietário da Havan. Hoje, dia 26 de junho a Havan completa 28 anos de história em Santa Catarina, destacando-se como uma das maiores empresas do nosso país. Foi fundada como uma pequena loja de atacado de tecidos, mas acompanhou a evolução, pois o Luciano Hang teve visão de empreendedor.

Um empresário destemido que acredita, que arisca, que tem visão de futuro e que levou a Havan a ser uma das maiores empresas do nosso país.

A Havan, quando da sua fundação, primeiramente, teve outro nome escolhido, mas como não foi possível efetuar o registro o contador da empresa apresentou algumas sugestões e entre elas estava o nome Havan, que é junção dos nomes Hang e Vanderlei de Limas, deputado Ismael dos Santos, surgindo daí o nome Havan.

Então, como reconhecemos o potencial do estado dizendo que é o primeiro, o melhor, o mais bem posicionado na questão econômica, entendemos, muitas vezes, que um estado se faz com a organização do seu povo. É este estado que merece o nosso reconhecimento.

Neste momento gostaria de apresentar um vídeo contendo uma entrevista do Luciano Hang que conta a história da Havan, para depois complementar o meu depoimento homenageando a cidade de Brusque e as lojas Havan.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Então, senhores, essa é uma pequena parte da história. As lojas Havan, além do caráter comercial, tem o caráter social muito grande que promove vários eventos, abertos ao público, como Natal Luz Havan, Expo Havan Noivas, e nesses eventos traz artistas. Enfim, a cidade, esse empreendedorismo à disposição da população visa crescimento, mais empregos, investimentos, mas, acima de tudo, o bem-estar social, não apenas daqueles que trabalham na empresa, dos seus clientes, mas também de toda a população das cidades onde ela se localiza.

Por essa razão, no dia de hoje, quando se comemora os 28 anos de fundação das lojas Havan, em nome de todos os empresários de Santa Catarina, daqueles que acreditam e fazem este estado ser forte, queremos parabenizar o Luciano Hang, a cidade de Brusque, que foi berço da Havan. Ele criou uma característica própria, a aparência da Casa Branca e da Estátua da Liberdade. Escolheu

algo forte para mostrar o quanto poderia ser forte em Santa Catarina.

Parabenizo o município de Brusque, os funcionários da Havan, o Luciano e o Vanderlei, que foram os fundadores, e especialmente o Luciano Hang, que hoje, como diretor, proprietário da empresa, faz a história da Havan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente sras. deputadas, srs. deputados, amigos da família Voltolini, assomo à tribuna neste dia para me despedir da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, dos amigos que conquistei, daqueles que pude manter. Lembro-me de quando cheguei, dia 29 de abril, e parece que não passaram tantos dias. Na verdade, excetuados os fins de semana, foram cerca de 40 dias.

Esse tempo me deixou feliz, porque primeiro pude compartilhar a minha esperança de catarinense com outras 39 pessoas do bem e de bem. Quando, às vezes, vemos ou ouvimos manifestações com questionamentos, com críticas acerbadadas, até com relação ao comportamento de pessoas, é importante que cada vez mais tenhamos a convicção que sempre tive, de que a absoluta maioria das pessoas que vivem neste país são pessoas de bem.

E estar aqui, neste Parlamento, onde pela primeira vez estive em 1994, há quase 20 anos, fez-me invocar aqueles momentos também, mas para não ser excessivamente saudosista, faz-me sentir o quanto evoluímos desde lá para cá.

Nesses quase 40 dias de trabalho pude no meu nome pessoal e, principalmente, em nome da bancada progressista da qual faço parte, e já aproveito para agradecer aos deputados José Milton Scheffer, Valdir Comin, Silvio Dreveck, Reno Caramori e Joares Ponticelli, pela oportunidade que me deram, num processo de rodízio, para eu poder falar - não apenas às pessoas do planalto norte, porque quando somos eleitos não falamos por uma região apenas,

temos o compromisso de falar para os catarinenses -, sobre questões que me interessavam e queria compartilhar. Falei, por exemplo, das questões ambientais. Sonho com a possibilidade de aprovarmos, nesta Casa, algum regramento que oriente a estatal, que cuida da parte de águas a prestar esse serviço de abastecimento de água e que haja a obrigatoriedade da remuneração de serviços ambientais como uma condicionante normal na relação entre captar e fornecer água, para que possamos ter certeza de que todas as pessoas que, nas suas propriedades, possuem fontes, possam ser autorizadas a cuidar delas e não apenas ser punidas pelo descuido delas.

Falei também sobre o pacto federativo. Continuo a dizer que estamos olhando pelo viés um pouco torto com relação a essa questão quando lemos todos os dias sobre a romaria ao poder central ou local para buscar recursos. Não podemos apenas questionar e criticar isso, precisamos entender que a Constituição do nosso país criou, a partir de 88, com a inserção de contribuições financeiras, uma distorção nessa repartição.

Olho para deputada Angela Albino que sonha em ser prefeita também como tantos de nós, eu próprio disputei eleições para prefeitura em Joinville, e sabemos o quanto de dificuldade existe hoje para equacionar as demandas que provêm dos municípios com o Orçamento que nós dispomos. E se nós não fizermos pressão para que o Congresso Nacional faça uma revisão dos artigos que definem as responsabilidades dos entes federados para, aí sim, discutirmos o atrelamento do Orçamento, nós não iremos mudar essa regra.

Falava aqui também com relação às questões de saúde pública. Nós precisamos entender que contas como a educação pública e saúde pública precisam de auditorias constantes que, às vezes, são interpretadas como averiguação de desvio de recurso, e não deve ser entendido assim. Auditoria significa um acompanhamento de gestão, porque são as nossas principais contas em termos de valores. Precisamos estabelecer a relação custo/ benefício, se é que se pode dizer assim. Porque na área

pública não há lucro e sim dividendo social, é isso que se busca na aplicação do Orçamento público, o lucro social.

Essas questões que venho tratando aqui e tratava ontem, como por exemplo, a matriz energética do gás em Santa Catarina, e relembrava todo esforço havido a partir de 94, quando se constituiu a SCGás, que está merecendo uma avaliação da Assembleia Legislativa, porque o contrato que Santa Catarina tem com a Gasbol de dois milhões de m³/dia, está praticamente absorvido pelos empreendimentos que hoje existem.

Os 62 municípios que são atendidos hoje já absorvem 96% desta cota e precisamos discutir como incrementá-la. E aí, certamente, o caminhar para o aproveitamento do gás natural brasileiro seja melhor feito. Será uma decorrência natural. Mas precisamos discutir uma coisa que o Brasil discute com relação as nossas usinas de regaseificação. Até pouco tempo atrás gás era um componente tão pouco aproveitado no Brasil que a lembrança das torres e das plataformas de exploração de petróleo era a chama queimando no alto delas, que na verdade era o desperdício consagrado do gás.

Hoje entendemos que essa matriz energética é altamente importante e significativa, que o diga, por exemplo, a indústria cerâmica do nosso estado, que apenas se estabeleceu na continuidade por conta dessa nova matriz energética. O que nos cabe fazer? Brigar por uma usina de regaseificação. Até porque há estados, a exemplo da Bahia, que já o fizeram. Estudos da Petrobras em 2007 já demonstraram que temos a capacidade técnica para aqui, em Santa Catarina, termos uma usina de regaseificação. Mas, por performance política, industrial, de um estado como o da Bahia, essa usina foi para lá. E, agora, estamos assistindo o Rio Grande do Sul se movimentar para isso.

E nós, catarinenses, o que vamos fazer para assegurar, não apenas uma usina, mas para copiar o que os outros têm e garantir que essa matriz energética esteja disponível para a continuidade dos empreendimentos de Santa Catarina?

Mas vou precisar muito da generosidade do presidente para que pessoas tão ilustres, como esses amigos que estão ali no microfone de aparte possam fazer uso da palavra. E depois vou pedir licença para a bancada que, no horário dos Partidos Políticos, permitiu-me fazer o fechamento de minha fala.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado Eni Voltolini, na verdade gostaria apenas de mencionar e dar meu testemunho, já que v.exa. se despede do Parlamento por agora. Estivemos juntos na CPI das Águas e quero aqui enaltecer a sua qualidade parlamentar.

Temos divergências de concepção, de visão de mundo, mas fico muito feliz quando vejo uma pessoa que tem uma visão diferente e sei reconhecer nela também uma pessoa qualificada. V.Exa. é um homem público de grande valor e quero dizer que, certamente, fará falta aqui no Parlamento de Santa Catarina.

Assim, concludo, em nome do PCdoB, salvaguarda as nossas divergências, dizendo que reconheci de fato, em v.exa., um homem público de grandes qualidades. Parabéns e espero que v.exa. não desista como andou conversando lá na CPI, da vida pública, pois precisamos de homens, de pessoas públicas como v.exa.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputado Eni Voltolini, em nome do PSD, queremos nos congratular com sua passagem por esta Casa.

O poeta diz que o futuro não é o lugar para onde estamos indo, o futuro é o lugar que estamos construindo. E v.exa. durante esses dois meses aqui de Casa, pela participação nas comissões, nos debates, e por ser um exímio orador, que nos deixa atentos aos seus pronunciamentos, certamente ajudou a construir uma Santa Catarina melhor.

Sucesso na caminhada!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Quero aqui em nome do PT cumprimentar o deputado Eni Voltolini, não apenas pela sua capacidade profícua de conhecimento em diversas áreas, como a que aqui acabou de explanar na questão de energia, do gás, mas também sobre diversos outros conteúdos intelectuais, pois é um cidadão extremamente qualificado, alguém que pela essência da sua biografia tem primado pela consolidação da democracia neste país com seus passos e com sua história de disputas políticas, algumas exitosas do ponto de vista eleitoral, mas sem exceção todas exitosas no sentido de construir um país de perspectiva que acreditamos.

Por isso, neste momento, não temos divergências, mas um caminho apenas para o futuro deste país, talvez encontrando alguns pontos diferenciais, mas que não ressaltam divergências em hipótese nenhuma, não é isso.

Um forte, fraterno e eterno abraço, sabendo que essa é e sempre será a sua Casa, independentemente do momento. Foi um imenso prazer conviver com v.exa. nestes últimos dias aqui. Parabéns.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Eni Voltoni, nosso colega Engenheiro Agrônomo, cumprimento v.exa. por sua performance nesta Casa durante os 60 dias que contribuiu de maneira significativa com diversos temas da agricultura, na energia. E sua visão também de estado, de democracia, fez a diferença. Muitas vezes não precisa ficar muito tempo em um local para se fazer a diferença. V.Exa., fez a diferença contribuindo muito com essa Legislatura.

Deixo aqui a nossa palavra de agradecimento e os nossos cumprimentos também em nome do PP, Partido Progressista, pois sua filiação muito nos orgulha.

Desejo-lhe sucesso. E peço que continue militando na vida pública.

V.exa, tem condições de contribuir muito, ainda, com o desenvolvimento da sociedade para a construção de um futuro melhor que nós todos buscamos nesta Casa.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ada Faraco de Luca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada Faraco de Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Deputado Eni Voltolini quero dizer que eu não lhe conhecia pessoalmente, só de nome, porque nós que estamos na política conhecemos todos de nomes. Mas pessoalmente eu não lhe conhecia. Foi um prazer conhecê-lo. Estou falando aqui em meu nome. Foi gratificante lhe ouvir.

Santa Catarina precisa de políticos do seu porte, do seu nível, que venham falar sempre com grande conhecimento de causa e não de coisas particulares.

Meus parabéns. Eu gostaria de vê-lo sempre aqui na Assembleia Legislativa em nossa companhia. O estado de Santa Catarina merece. Muito obrigada pela convivência e parabéns.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu não posso ficar calado quando se trata do amigo Eni Voltolini, principalmente por ele ser da minha cidade, Joinville.

Quero, deputado Eni Voltolini, em nome do deputado Nilson Gonçalves e do deputado Darci de Matos, que são os nossos companheiros de Joinville, agradecer sua presença, sua participação, como já disseram outros oradores, de um conteúdo muito qualificado, com propostas fixas.

Eu penso que quando passamos por algum lugar temos que deixar alguma marca. E v.exa., até por esse pouco tempo que passou por aqui, apenas 60 dias, deixou uma marca nos seus pronunciamentos e nas bandeiras colocadas, não apenas em sua área, a ecologia, mas também na área de segurança pública, na área da proteção civil.

É um orgulho saber que nesses 60 dias v.exa. nos deixou algo.

Parabéns à bancada progressista, da qual participei. Fico feliz em tê-lo aqui.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Faço minhas as palavras dos demais colegas.

Admiro v.exa. que antes me pareceu distante, por causa da sua região, pois sou de Canoinhas de nascimento e moro em Balneário Camboriú e um pouco em São Miguel d' Oeste e em Sombrio também, por toda Santa Catarina.

Parecia-me distante aquele político. O admirava por sua ponderação e pelo seu equilíbrio. Parece-me que v.exa. não está aqui há dois meses apenas, parece-me que já está aqui na Assembleia Legislativa há quatro anos.

E quando a classe política sofre tanto com ações de políticos que envergonham qualquer

cidadão, podemos dizer que temos orgulho de sermos políticos quando vemos pessoas como v.exa. fazendo parte da política do nosso estado e país.

Então, quero dizer que sempre o admirei, que sempre admirei o seu trabalho, os seus pronunciamentos, assim como sempre admirei a sua história de vida. Deus me deu a alegria de conviver com v.exa. neste Parlamento, parabéns a v.exa., a sua família, a sua região e a sua cidade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero também dizer ao deputado Eni Voltolini, primeiramente, que é uma pena que ele não ficará nesta Casa até o final do ano, isto seria muito importante, porque se percebe que mesmo havendo divergências nas ideias, nos princípios, há muito respeito por todos que se manifestam neste Parlamento, e eu vou ter sempre muito orgulho de ter sido deputado no tempo do deputado Eni Voltolini. Lembro-me do seu pronunciamento nesta tribuna no seu primeiro dia como deputado, quando v.exa. disse que a nossa principal tarefa seria espalhar, distribuir bons exemplos e esperança para as novas gerações, porque é preciso fazer uma política diferente para a sociedade. Muito obrigado e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O deputado Kennedy Nunes lembra e traz presente a presença do deputado Taxista Voltolini, o nosso sempre e querido deputado. Boa estada, deputado Taxista Voltolini.

Agora concedo dois minutos para uso da palavra ao sr. deputado Eni Voltolini, para que v.exa. possa fazer as conclusões.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Muito obrigado, sr. presidente, e quero aproveitar a presença do deputado Aparecido Voltolini, v.exas. o denominaram de deputado Taxista Voltolini, e eu dizia para v.exa. que vamos nos despedir, a

bancada Voltolini está se despedindo hoje da Assembleia Legislativa. O deputado Aparecido Voltolini pedia-me que em seu nome deixasse os seus agradecimentos.

Na verdade nos sentimos muito bem acolhidos e as falas de certa forma nos emocionaram, porque não somos robôs, nos emocionamos quando ouvimos palavras sinceras. Muito obrigado, caros colegas! Este é o presente que v.exas. nos dão e isso vamos levar para o resto da vida. Muito obrigado, em meu nome e em nome do deputado Aparecido Voltolini. Agradeço alguns membros da família Voltolini, que estão presentes no Plenário e que contribuíram para que pudéssemos estar juntos vivenciando este momento. São eles: o Wilmar Sudoski, o Paulo Henrique Glinski, o Neno e o Pique, que são vereadores do município de Canoinhas; também o Laudecir, Valdemir, Valtemir e o Valdomiro, que são Voltolinis; o Gian Francesco Voltolini, prefeito de Nova Trento, o Giovanni Paolo Voltolini, vice-prefeito de Porto Belo; e o Vanderlei, que já foi prefeito de Presidente Nereu.

E quero, sr. presidente, talvez v.exa. precise me dar mais 30 segundos, agradecer, agradecer e agradecer. Muito obrigado, por terem me dado a oportunidade de ocupar esta tribuna, que talvez alguns catarinenses não percebam o quanto ela é valiosa, o quanto a pessoa se sente honrada todas as vezes em que faz uso da palavra; também quando participamos de comissões e temos que falar em nome dos catarinenses; e da nossa grande responsabilidade para brigar, lutar, para que a qualidade de vida da nossa gente melhore para que esse povo, que confia tanto em nós, possa ser correspondido. E que no mês de outubro todos possam novamente ser reeleitos para continuar essa jornada na direção de um Parlamento melhor, para uma Santa Catarina melhor, e que se possa cada vez mais transmitir para nossas famílias a honra de ser um representante eleito em nosso estado ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Eni Voltolini, v.exa., como já foi manifestado, terá a oportunidade também de ocupar o horário do Partido Progressista e, com certeza, poderá fazer aqui também a conclusão da sua manifestação.

De acordo com aquilo que deliberamos recentemente, esta Presidência suspenderá a sessão pelo tempo de dez minutos para que possamos possibilitar que a presidente da comunidade terapêutica feminina, sra. Rosane Cavaleiro, manifeste-se da tribuna sobre a estrutura e o trabalho realizado pela entidade na recuperação da dependência química feminina na região, sendo a única casa de recuperação que atende as gestantes e que permite que as crianças fiquem com as mães até o final do tratamento.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Findo o horário das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, na condição de presidente da comissão que trata desse assunto nesta Casa, sendo hoje o Dia Internacional de Combate e Prevenção às Drogas, sinto-me no dever de trazer algumas informações e um debate que começa a fazer parte dos parlamentos municipais, estaduais e na esfera federal.

Nesta semana o deputado Osmar Terra, que talvez seja a maior referência sobre a questão da drogadição no país, pelo menos tem tomado essa bandeira na Câmara Federal, lançou um manifesto contra a legalização das drogas no Brasil, até para fazer um contraponto a outras correntes favoráveis, especialmente depois da chamada

estatização da maconha no Uruguai e em alguns estados da América do Norte

Eu faço questão, sr. presidente, neste Dia Internacional de Combate e Prevenção às Drogas, de trazer algumas das ideias provocadas pelo deputado Osmar Terra, nesta perspectiva de uma política antidrogas que seja moderna, que seja humana, e que seja baseada, inclusive, em evidências científicas.

Não há dúvida de que estamos diante do maior problema de Saúde Pública e Segurança já existente, e isso não é diferente em Santa Catarina, onde a cada dez crimes, sete envolvem o narcotráfico. E essa epidemia do uso das drogas é uma tarefa que exige de todos nós, brasileiros, um grande enfrentamento. A nossa população, em especial os nossos jovens e adolescentes, estão cada vez mais vulneráveis.

Eu abria o *Google* hoje pela manhã e a primeira notícia, deputado Sargento Amauri Soares, infelizmente, vai para o *Guinness Book*, é sobre um garoto de dois anos que bebe dois litros de álcool por dia, na China. Dois anos de idade, dois litros de álcool por dia! Onde vamos parar?

Então é diante disso que entidades, instituições, indivíduos precisam pensar e repensar essa questão. Estamos subscrevendo, inclusive, com o deputado Osmar Terra, nos unindo para manifestar à nação, ao estado de Santa Catarina, a nossa posição sobre esta pretendida legalização das drogas em nosso país, enquanto interessados no assunto, vivenciando testemunhos de vida há mais de 20 anos, deputado Kennedy Nunes, na recuperação de dependentes químicos, quer como parlamentar, como conselheiro ou como comunicador, mas estamos sempre trazendo à baila este debate.

O deputado Osmar Terra levanta algumas questões. Em primeiro lugar a alarmante situação brasileira, pois o consumo de drogas não é um mal que se restringe aos usuários. A Organização Mundial da Saúde coloca que, para cada dependente de *crack*, ele adoece em torno de 29 pessoas, são os codependentes. E aí temos as consequências

sociais, psicossociais, econômicas do consumo de drogas, que se multiplicam muito além do âmbito familiar.

O Conselho Internacional do Controle de Narcóticos, entidade ligada à ONU, emitiu um relatório informando que em apenas seis anos, entre 2005 a 2011, o consumo de cocaína no Brasil avançou de 0,7% para 1,75% da população, na faixa etária de 12 a 65 anos.

Isso corresponde uma adesão ao uso problemático e à dependência quatro vezes superior à média mundial e 25% maior que a média da América do Sul. Portanto, um problema que passa a fazer parte do nosso cenário.

É claro, srs. deputados, que faz parte deste *lobby*, se assim posso chamar, da legalização das drogas no país, o argumento de que o álcool e o tabaco, não obstante causar dependência e transtornos físicos e mentais, ter o seu consumo legalizado. É um dos argumentos que a gente sempre ouve em debates e audiências, como fizemos terça-feira na Câmara de Vereadores de Ilhota.

Como amanhã estaremos em Campos Novos, também na Câmara de Vereadores, fazendo este debate, sabemos que, por outro lado, essa ineficiência convive com um verdadeiro *lobby*, muito bem organizado, difundindo a ideia de que a melhor solução seria a completa legalização de todas as drogas, começando pela maconha.

E aqui eu repito uma frase que disse há três anos, quando iniciava o debate nesta Casa, e repito hoje com muita convicção, de que a maconha é o jardim de infância do *crack*, não tenho dúvidas.

A história do mundo, nos últimos 200 anos, em especial nos últimos dois séculos, é rica em exemplos de países que liberaram as drogas aqui consideradas ilícitas e sofrem verdadeiras tragédias sociais. Cito como exemplo a Holanda. Em Amsterdã tivemos a oportunidade de ver de perto essa degradação social.

É claro que este debate sobre a legalização das drogas envolve uma questão também filosófica e conceitual por parte de cada um de nós. Mas há sem

dúvida alguns princípios de uma boa política antidrogas que rapidamente neste Dia Internacional de Combate às Drogas, faço questão de citar:

(Passa a ler.)

1° - Os direitos humanos são parte fundamental dessa política. Os cidadãos, em especial as crianças têm o direito de viver num ambiente seguro e livre de drogas, quer em sua família, quer na sua comunidade.

2° - A redução do consumo de drogas nas comunidades devem estar no núcleo dessa política. A melhor forma de reduzir os danos causados pelas drogas é reduzir o consumo. Em epidemias virais, o mais importante é diminuir rapidamente a circulação do vírus. Vale o mesmo para as drogas. Sem diminuir sua circulação nas ruas, os problemas só serão agravados.

3° - O Brasil é o único país do mundo que faz fronteira - gigantesca fronteira! com todos os produtores de coca. Por isso, temos que ser muito mais rigorosos no controle que outros países, para podermos diminuir a circulação e a oferta dessa destruidora mercadoria. Aderir à facilidade de acesso ou dificultar a ação de combate ao tráfico agravará a situação e facilitará o aumento da disponibilidade. E o consumo, de forma inevitável crescerá. Para isso o uso e o tráfico devem continuar sendo considerados crimes, e devem ser punidos. O primeiro com penas alternativas, que podem incluir medidas como as da justiça terapêutica, e o segundo com prisão prolongada.

4° - Uma boa política nacional em relação às drogas deve reconhecer que a dependência química é uma doença crônica do cérebro, que deve ser tratada e, antes disso, prevenida. Tanto a saúde pública quando a segurança pública estabelecem ações complementares, necessárias e que devem estar presentes.

5° - As atividades de prevenção, tratamento e os serviços de recuperação devem integrar-se no sistema de saúde pública."

Estamos, sim, defendendo que inclusive as comunidades terapêuticas, o terceiro setor, esteja nesta rede de atenção ao dependente químico.

(Continua lendo)

“6° - Um plano de prevenção, municipalizado, deve proporcionar atendimento adequado. É indispensável que sejam criados programas específicos para todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e, em especial, para grupos de risco, como são, por exemplo, os que abandonam precocemente a escola. Os profissionais da Saúde e da Educação devem estar plenamente capacitados para exercer atividades de prevenção e detecção precoce do uso.

7° - O que hoje é disponibilizado como sistema de tratamento é muito escasso e por que não dizer inadequado. É indispensável que sejam criados centros de atenção psicossocial como álcool e drogas (CAPS-AD) em todos os municípios de Santa Catarina e do país.”

E também o financiamento como temos proposta nesta Casa das comunidades terapêuticas em número cada vez maior de vagas.

(Continua lendo)

“8° - As famílias devem ter acesso a programas de orientação específicos, que proporcionem o conhecimento dos meios de prevenção ao uso de substâncias. Pais, mães, avós, chefes de família devem ser os primeiros ‘agentes de prevenção’, a começar pelas substâncias lícitas, como álcool e cigarro.

9° O sistema de recuperação social, ou seja, o conjunto de ações que devem acontecer após a interrupção do uso não prescinde de amplo suporte estatal e social. São ações como as levadas a cabo por igrejas, por associações, por comunidades, por escolas no apoio à recuperação e reinserção social, e pelos grupos de ajuda mútua.”

E quero aqui parabenizar o AA - Alcoólicos Anônimos -, o NA - Narcóticos Anônimos -, o AE Amor Exigente. Tal apoio precisa abranger a reabilitação profissional dessas pessoas em recuperação.

(Continua lendo)

10° - A rede de pequenos e médios traficantes ampliou-se enormemente nos últimos anos. Portanto, faz-se urgente definir estratégias para

desorganizar essas organizações ilícitas. Além das indispensáveis ações policiais e penais é preciso, no âmbito de cada município, monitorar a ação dos pequenos traficantes. Os defensores da liberação confundem, talvez até intencionalmente, os pequenos traficantes com os usuários, defendem a retirada da pena de prisão para os primeiros, alegando serem usuários que traficam para manter o vício. Ora, mais de 90% do tráfico que chega aos consumidores é levado pelo pequeno traficante. A rede de pequenos e médios traficantes ampliou-se de forma enorme nos últimos anos. Faz-se urgente definir estratégias para desorganizá-la. É preciso, no âmbito de cada município, monitorar a ação dos pequenos traficantes.

Se isso não for possível. Tirá-los das ruas. Todo o esforço para diminuir a oferta será inócuo. Esses pequenos traficantes devem ser internados em unidades prisionais especiais, com tratamento associado. Tirá-los da rua é essencial para desorganizar o tráfico e diminuir a circulação das drogas."

Queremos nos associar a esse manifesto contra a legalização das drogas no Brasil, entendendo que se queremos uma sociedade forte, desenvolvida, saudável, precisamos todos juntos estar nesta cruzada por uma cidade, um estado, um país distante das drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente e srs. deputados, no momento de Breves Comunicações, fiz uma fala pessoal, mas agora quero fazer a adequada fala partidária.

Quero me reportar a duas questões sobre as quais entendo que a Assembleia Legislativa deve ter uma cautela toda especial, já que estamos próximos ao momento em que esta Casa irá receber a

proposta para a utilização de recursos públicos no ano de 2015. Refiro-me às verbas normalmente destinadas à Segurança Pública.

Na maioria das vezes tem ocupado muito mais o debate, desta e de outras casas, questões como saúde pública e educação, e isso é natural. Mas há um sentimento presente, e vários de nós já dissemos isso, de que a população demanda pela sensação real de segurança pública cada vez mais. Isso não se faz apenas pelo desejar, mas também com destinação de verba pública e pelo encadeamento de atitudes que possam gerar esse sentimento real de segurança pública.

Ontem fui recebido pelo secretário de Segurança Pública, César Grubba, e tivemos a oportunidade de discorrer sobre várias questões relativas ao número de veículos, às pessoas, mas também com relação à modernidade no aparato e no ambiente da Segurança Pública.

Falávamos da necessidade de que no ambiente da Polícia Civil cada vez mais preparássemos pessoas para atender de forma adequada a vítima do problema, porque muitas vezes, o policial que faz o enfrentamento do traficante, que faz o enfrentamento do assaltante, tem que fazer também o papel burocrático do atendimento e do registro do boletim de ocorrência e nem sempre essas pessoas estão preparadas para isso. Precisa haver uma humanização no atendimento a essas pessoas, trabalhando com mais modernidade quando falamos dos locais para aonde são destinadas as pessoas reclusas. Não há mais condições de convivermos com fugas constantes, precisamos dar aos presídios, às penitenciárias, de fato, o caráter de segurança, para que a comunidade do entorno não se sinta preocupada. Muitas vezes ouvimos que há uma resistência nos municípios para com a construção de presídio e penitenciária e, via de regra, é por conta desse fantasma da próxima fuga. Ora, se cuidarmos da arquitetura, da construção de presídios e penitenciárias, fizermos como outros locais já fizeram, começaremos a eliminar isso. Não podemos ficar discutindo se devemos ou não

usar o scanner é premissa, é obrigatório em todas as unidades.

Se quisermos falar sobre controle de sinal de celular, nós não temos que ficar a discutir o contrato se ele está vencido ou não, porque se existem questões prementes que fazem com que você possa ultrapassar as regras normais da licitação e criar ordenamentos diferenciados, deve-se fazer.

Então, temos que fazer com que o ambiente de segurança pública seja tratado de forma abrangente. E esta Casa, daqui a poucos dias, na discussão do Orçamento, poderá dar um salto de qualidade nesse assunto, poderá trazer a segurança pública como um item efetivo de preocupação desta Casa e transferir recursos públicos e condição da modernidade no atendimento também.

Quero também lhes pedir outra questão, porque agora o que eu posso fazer como cidadão é pedir, e tenho certeza de que estarei sendo como todos os catarinenses, atendido: A ferrovia da integração leste, oeste, precisa sair do papel.

Não é mais possível discutirmos transportes em Santa Catarina sem a presença efetiva da ferrovia. Passe por onde passar, precisamos, primeiramente, deputado Mauro de Nadal, o senhor que vem do oeste, onde a economia é assentada na agropecuária e que tanto se recente dos altos custos do frete, fazer com que Santa Catarina tenha uma ferrovia que integre o leste e o oeste. Depois, vamos discutir quais são os ramais que são necessários para outros pontos de desenvolvimento, mas já faz um ano e um mês que lá, em Chapecó, foi assinada a licitação para que fosse feito um estudo para o lançamento de um edital que contemple a questão técnica ambiental e econômica. Nós não podemos mais perder tempo, muito já foi perdido.

Eu peço à Assembleia Legislativa do meu estado que ultrapasse a discussão de termos ou não rodovia para que possamos avançar em quais os projetos que estarão sendo necessários a cada momento. Esses eram os registros.

Quero agradecer mais uma vez a generosidade das palavras, pela verdadeira amizade e pela

certeza que tenho de que nós estamos muito bem amparados por todas as senhoras e os senhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito registro.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar a presença de dois vereadores que assumiram há poucos dias a Câmara de Vereadores de Rio Negrinho, dois jovens, idealistas, trabalhadores: William Billy Righetto, o Billy, e o Celso Antônio Ribeiro, o Bulica. Vieram em busca de ajuda aos municípios atingidos pela enchente.

Também quero dizer ao deputado Eni Voltolini que v.exa. voltou para esta Casa com muita experiência, com energia, debatendo e tocando os projetos. Quem sabe um dia v.exa. se anime e volte para a Assembleia Legislativa, pois tem dado uma grande contribuição ao estado de Santa Catarina. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - SR. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital. Quero, primeiramente, cumprimentar o deputado Eni Voltolini pelos temas importantíssimos e que precisam ser enfrentados e debatidos aqui no território catarinense. Por exemplo, no sistema penitenciário, principalmente, vejo que temos muito a evoluir, temos que deixar de sermos um depósito de presos e passar a ser uma penitenciária onde o preso encontre instrução e

conhecimentos técnicos para inserir-se na sociedade.

Um grande modelo que se desenvolvia e que dava certo há tempos, mas hoje já está meio em desuso, como era na penitenciária de Chapecó, onde o preso tinha a oportunidade de trabalhar e produzir seu próprio alimento. Hoje percebemos que não está mais sendo trabalhado desta forma, mas é uma bandeira que precisamos resgatar.

Em relação às ferrovias é indiscutível o benefício que ela trará para a redenção das nossas agroindústrias no estado catarinense. Hoje sentimos em conversas com o presidente da Coopercentral Aurora, que é a pessoa que temos um contato mais próximo, a dificuldade que eles têm de trazer a matéria prima de Mato Grosso e Goiás para continuar produzindo alimentos aqui no território catarinense.

O deslocamento dessa produção até os portos é que permite uma competitividade no mercado internacional e até mesmo no nacional. Então, é importante que essa obra saia do papel e se torne realidade. Parabéns pelos dois temas que v.exa. trouxe ao debate, nesta Casa, hoje.

Sr. presidente, quero destacar a importante reunião que tivemos ontem, juntamente com o secretário de estado da Educação, Eduardo Deschamps, em que conseguimos fazer os últimos acordos, os últimos detalhes para formalizar o convênio com as Casas Familiares Rurais do estado de Santa Catarina. E os colegas deputados sabem que levanto essa bandeira aqui no Parlamento Catarinense desde 2011 com o objetivo de termos uma participação mais efetiva do governo catarinense no desempenho das atividades das Casas Familiares Rurais.

Nós que vivemos no interior catarinense, temos uma vida mais concentrada no pequeno município, principalmente onde a base econômica é a agricultura. Entendemos o quanto se faz necessário oportunizar aos filhos de agricultores a busca do conhecimento numa área que para eles é o seu dia a dia, o seu ganha-pão, o seu projeto de futuro, que é a agricultura.

Também temos acompanhado em vários municípios da região do extremo oeste catarinense a demandada de filhos de agricultores do perímetro rural para a cidade. Mas, por que isso está acontecendo? Vejo que na maioria das vezes é por falta de incentivo, de estímulo, de geração de oportunidades, de mostrar a eles que lá no meio rural consegue-se, não apenas produzir alimentos para as pessoas que estão na cidade, mas também para a sua subsistência, para a sua família, melhorar sua qualidade de vida e viver muito bem no meio rural.

E a Casa Familiar Rural tem dado essas oportunidades a esses filhos de agricultores.

Nós tínhamos no território catarinense funcionando 25 casas, hoje, são somente 11. Lá no município de Modelo há uma casa familiar que é bem emblemática. Há uma determinada comunidade onde vivem 18 famílias de agricultores. Destas 18 famílias, três têm alunos na Casa Familiar Rural, as restantes os filhos já não querem mais saber de permanecer no interior produzindo riquezas para o nosso país.

Agora, estas três propriedades rurais que tem os alunos frequentando as Casas Familiares Rurais já têm a segurança que terão a sucessão na sua propriedade, porque esses filhos de agricultores, além de buscar esta capacidade técnica, também estão sendo estimulados a continuar com as atividades dos seus pais.

Ontem na reunião tivemos a presença do presidente da Arcafar de Santa Catarina, e esteve também nos acompanhando, a nosso convite, o deputado Padre Pedro Baldissera, e tivemos a oportunidade de fazer a assinatura deste importante convênio, que vai permitir que possamos retomar as atividades destas casas familiares que, por falta de recursos, não exercem mais a função de educar os filhos de agricultores; e também equipar e contratar mais profissionais, mais técnicos, para levar o conhecimento aos alunos nestas casas familiares que já estão funcionando.

Com este recurso a Arcafar poderá contratar Professores, Engenheiros Agrônomos, Técnicos

Agrícolas e Veterinários para levar instrução a esses alunos.

Então, considero este ato de ontem muito importante tendo em vista a história das casas familiares catarinenses que servem de exemplo a vários estados da federação.

Apesar de enfrentar dificuldades de operação, as Casas Familiares Rurais de Santa Catarina servem de modelo para os demais estados e chamam a atenção de outros países. Há duas semanas técnicos franceses visitaram Florianópolis e por nossa intermediação visitaram também a secretaria de estado da Educação para informar o interesse em iniciar conversações para futuros acordos de cooperação técnica.

Então fico muito feliz em poder contar com a sensibilidade do governo do estado de Santa Catarina, com a sensibilidade do nosso secretário de estado da Educação, atendendo este pleito que vínhamos em conversações com o estado catarinense desde o ano de 2011.

Outro tema para o qual venho pedir a compreensão e o apoio, neste momento, de todos os colegas deputados - e sem saber do assunto o deputado Kennedy Nunes já está declarando o seu voto de apoio -, é para uma alteração na Lei n. 12.278, de 17 de junho de 2003. Entramos com o projeto n. 167, de 2014, que prevê, através da secretaria de estado da Educação, a criação de turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos da rede pública. Porém, este mesmo texto da lei era muito restritivo e acabava excluindo aqueles alunos que estavam fora do ensino médio estadual, aqueles que já haviam concluído o ensino médio. Eles não eram absorvidos por esta lei.

Então, pessoas que há um, dois, três anos ou quem sabe mais, que não estavam mais, no momento, na busca do conhecimento do ensino médio, mais sim com o ensino já concluído, não tinham a oportunidade de buscar junto este curso pré-vestibular o conhecimento para enfrentar os vestibulares e buscar acesso às universidades federais, estaduais e até mesmo particulares.

Então, com essa alteração que estamos fazendo, vamos proporcionar a quatro mil ex-alunos da rede pública estadual, a oportunidade de voltarem aos bancos universitários através do curso pré-vestibular.

É uma forma de corrigir essa discriminação que a lei estava contextualizando e gerar essas oportunidades.

(Passa a ler.)

"Neste ano de 2014 o Pró-Universidade oferecerá 3.400 mil vagas presenciais e mais duas mil a distância, ou seja, 5.400 mil alunos tendo a oportunidade de se preparar para ingressar na universidade.

Com um histórico que ultrapassa o atendimento a mais de 30 mil estudantes, o cursinho gratuito já conseguiu alcançar um índice de 72% de aprovação em um único ano".

Então, são dados consideráveis e importantes para que se possa levar como base no momento da votação desse projeto, que busca a alteração dessa lei.

(Continua lendo)

"O propósito do curso é a preparação gratuita de estudantes do ensino público para as provas da UFSC, da Udesc, da IFSC, IFC, Acafe e Enem, visando também o ingresso no ensino superior em instituições privadas por meio dos programas federais como o Prouni e Sisu".

Então, nobres deputados, quero fazer um apelo a todos para que possamos dar uma tramitação célere a este projeto nas comissões, até porque se conseguirmos votar em Plenário e obtivermos a sanção do governador até o mês de agosto deste ano, vamos oportunizar, neste segundo semestre, a frequência desses alunos aos cursinhos pré-vestibulares, se assim lograrem êxito no momento da realização do pré-vestibular, para no ano de 2015 cursarem os bancos universitários no estado de Santa Catarina.

Seria isto, sr. presidente, agradeço o espaço dispensado a este parlamentar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Mauro de Nadal, parabéns pela sua fala, e como sabia que vinha coisa boa, como sempre vem de v.exa., já dei o meu apoio a essa emenda da lei que v.exa. falou.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão. Eu gostaria nesta manhã de abordar um tema que julgo importante para Santa Catarina e que já tem sido objeto de diversas falas nesta tribuna de diversos outros deputados também, que é a questão da Segurança Pública.

Temos grande preocupação, porque temos percebido o aumento das questões de criminalidade, a falta de estrutura na área de segurança, que têm causado grandes preocupações no nosso estado.

Nós queremos, inclusive, pedir à assessoria que coloque um vídeo com algumas planilhas que trouxemos que abordam esse tema e mostram alguns dados extremamente preocupantes.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Houve um salto no número de homicídios em 2008 e, praticamente, se manteve. Um dado importante que levantamos é que o número de boletins de ocorrências por roubo e tráfico de drogas também vêm numa curva crescente e vertiginosamente.

Contraditoriamente - e esse é um assunto que tenho levantado com frequência -, o número de policiais por habitante vem decaindo constantemente desde 2006.

Neste gráfico vemos a questão das taxas de homicídio. O gráfico debaixo mostra a evolução do número dos boletins de ocorrência.

Nos gráficos a seguir também vemos a evolução do número de ocorrências. E gostaria de chamar a atenção, sr. presidente e srs. deputados, para o fato de que, enquanto o gráfico das ocorrências é ascendente, ou seja ele cresce, o gráfico do

número de policiais por habitante tem sido decrescente.

Já fiz diversas falas mostrando que desde 1980 praticamente o número de policiais não tem aumentado em Santa Catarina. Os policiais militares situam-se na faixa de 11 mil, às vezes um pouco mais ou um pouco menos. Mas aí está demonstrado o gráfico por habitante, ou seja, que a população vem aumentando e o número de policiais vem diminuindo.

Agora podemos observar que aí está o gráfico em termos absolutos. No ano de 2006 tínhamos 12.193 policiais e vejam que o gráfico vem praticamente sempre descendo. Depois de descer bastante, em 2012 houve uma pequena subida e em 2013 começou a descer novamente.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, que esse tema tem-se tornado tão evidente. Vemos, às vezes, divulgações de que mais policiais estão sendo contratados, mas os que estão sendo contratados - e aí os números mostram isso - não estão sequer repondo aqueles policiais que estão saindo por diversas razões: aposentadoria, pedido de desligamento, licença e morte, sejam naturais ou até mesmo em trabalho, que também é um risco grande na segurança.

É importante dizer isso porque hoje, sr. presidente e srs. deputados, um jornal de grande circulação na capital e em todo estado traz a seguinte manchete: "Segurança parou no tempo". Na matéria há uma série de dados que não se relacionam a esses que coloquei, mas uma coisa puxa a outra. E, de acordo com a reportagem, há uma parada em termos de evolução, a segurança parou no tempo.

Ou seja, se observarmos os gráficos que apresentamos, veremos que há uma diminuição do número de policiais e orçamentários. Isso está corroborado com outros dados e faço a leitura de um trecho dessa matéria publicada no jornal *Notícias do Dia* - e quero dar o devido crédito ao jornal.

(Passa a ler.)

"Em plena era digital, na qual a tecnologia evolui rapidamente na área da comunicação, os órgãos de segurança de Santa Catarina ainda utilizam um precário serviço de rádio analógico implantado há doze anos."[...] [sic]

Depois, mais adiante, o coronel da Polícia Militar Vânio Luís Dalmarco, coordenador do serviço de radiocomunicação da SSP, questiona: "Onde vamos arrumar recursos"? A questão é recurso, com certeza, e acredito que o coronel está com a razão. Por isso, precisamos de mais recursos para a área da segurança em Santa Catarina, e temos dito isso com frequência.

Achamos que os gráficos que apresentamos mostram, de uma vez por todas, que há diminuição do efetivo de policiais, além dessas demais questões de infraestrutura que são tão importantes.

Por isso, o número de ocorrências também têm sido elevado, e estão aí os gráficos que foram apresentados, destacando, principalmente, essa relação número de policias por habitantes, que tem diminuído drasticamente nesses últimos anos. E não somente o número por habitante, mas até mesmo os números absolutos, como foi demonstrado nesses gráficos.

Então, sr. presidente e srs. deputados, trago essa preocupação, mais uma vez, como disse, que tem sido tema de diversas falas aqui, deputado Sargento Amauri Soares - v.exa. que é um deputado que tem seguidamente falado sobre isso -, mas fiz questão também de demonstrar por gráfico essa relação. Inclusive, estava preparando essa matéria para a fala de hoje e coincidentemente vi aqui esta matéria do jornal, o que veio a calhar, pois corrobora, como disse, com essas questões que estamos colocando.

Portanto, espero que na elaboração do Orçamento do estado para o próximo ano e que esta em fase de confecção, o governo possa destinar mais recursos, chamar mais policiais tanto civis quanto militares. Nós estamos quase todos os dias recebendo solicitação de municípios, de prefeituras, para auxiliar e interceder para que

tenha mais policiaes. Temos praticamente todos os dias essa solicitação. Ontem protocolei a solicitação do município de Irani, e isso só vai ser solucionado se houver uma contratação maior de contingentes policiaes, maiores estruturas.

Como diz o próprio coronel, precisamos de mais recursos para esta área.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado deputado Neodi Saretta. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

(Pausa)

Na ausência de deputados do Democratas, não há mais oradores inscritos.

Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 327, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 615, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 616, de autoria da bancada do PP; 617, 618, 619, 620 e 621, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 622, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Pedido de Informação n. 47, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governo do estado, solicitando informações sobre quais ações e medidas de compensação ambiental foram tomadas junto aos agentes econômicos na execução dos serviços de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz nos últimos quatro anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves. Como o deputado já fez uso da palavra anteriormente, com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente, gostaria de dizer que ontem à noite e hoje pela manhã, vendo as eliminações e os gols da Copa do Mundo, assistimos uma série de cenas da mordida que o Soares, jogador do Uruguai, deu no outro jogador. Esse assunto foi substituído pela imprensa desde ontem à noite com a chegada de um avião e um comboio de carros ao hotel da delegação de Gana com o dinheiro da premiação. Dizem que era cerca de US\$ 3 milhões para a seleção de Gana, que ameaçou não entrar em campo contra Portugal, por conta do não pagamento do prêmio.

O que eu e o Brasil ouvimos é que o presidente de Gana mandou o dinheiro em espécie, deputado Paulo França, porque os jogadores exigiram que o dinheiro chegasse no hotel.

Então, vimos um aviãozinho chegar, vimos um comboio de carros indo até o hotel, mas hoje a cena nova são filmagens feitas de longe, dos jogadores saindo da porta de um quarto de hotel, com pilhas de dinheiro na mão, cheirando e beijando o dinheiro que o presidente de Gana teria mandado aos jogadores.

Aí ouvi alguns comentaristas dizendo que isso era um absurdo. O narrador da Rede Globo, Galvão Bueno, disse que ele já havia feito dez copas e nunca tinha visto aquela cena, que era um absurdo.

E eu pensei, por que é um absurdo? Porque os jogares de Gana expuseram um tiquinho do que acontece nos bastidores da FIFA?

E disseram que o absurdo é porque o dinheiro do governo de Gana está vindo para os jogadores. Não é! Não foi o que o Brasil fez agora? Investiu um monte de dinheiro em estádios isentando a FIFA de impostos! Sobre isso, apenas não há a imagem do

avião chegando e do comboio trazendo o dinheiro! Só não tem a mala, mas os valores existem!

Absurdo, por quê? Eu não podia, de forma nenhuma, deixar de falar, de registrar isso neste plenário no dia de hoje.

Estamos vivendo o momento da Copa do Mundo, todo mundo está torcendo e tem sido um espetáculo, o povo brasileiro tem recebido bem os visitantes, tem feito o seu trabalho.

Ontem, em Porto Alegre, de 100 mil argentinos, apenas 16 mil conseguiram entrar no estádio, ou seja, uma festa. Os chilenos - gosto muito do grito de guerra deles -, estão fazendo uma festa, com muitas histórias.

Ontem estava vendo no canal Sport TV, que mostrou dois franceses que saíram de Toronto, no Canadá, com um Citroën 88, e vieram de lá até o Rio de Janeiro. Apenas não chegaram ao Rio de Janeiro com o Citroën porque quebrou em São Paulo e eles não conseguiram peça para repor, mas é impressionante a paixão do público pelo esporte e acho que tudo isso vale.

Mas queria aqui, deputado Sargento Amauri Soares, agradecer, e estou fazendo isso em meu nome, à equipe de Gana, por expor um tiquinho da sujeira que acontece nos bastidores da FIFA e companhia limitada.

E daí a gente vê que, quando isso acontece, os governos mandam dinheiro vivo para as seleções, sendo que tenho certeza de que o governo e o povo de Gana teria condições de gastar esses US\$ 3 milhões, que é pouco mais de R\$ 6 milhões, em algumas coisas que poderiam resolver a vida deles, e não a vida de 23 jogadores, que saíram da sala beijando o dinheiro.

Mas, no fundo, no fundo, tudo isso que está acontecendo, o jogo, os jogadores, a torcida, tudo isso, deputado Silvio Dreveck, é por causa do dinheiro.

Não há mais a chuteira no pé, o coração na ponta da chuteira, o amor à camisa. Isso não existe mais. Há interesses comerciais e o pior de tudo e o envolvimento do dinheiro público nesse processo, que é vergonhoso - ainda mais quando o

dinheiro público está vindo para pagar aqueles que deveriam estar fazendo isso por amor à camisa, por amor a sua pátria. E aí voltamos 54 anos no tempo, quando foi realizada a última Copa no Brasil, talvez, não tivesse acontecido isso.

Há alguns dias estava assistindo a uma entrevista do presidente da Fifa, e ele dizia: "A Fifa não é uma entidade com fins lucrativos." E o repórter francês perguntou: "Então, por que vocês têm em caixa € 1 bilhão? Ele respondeu: "Isso é apenas uma reserva." Que barbaridade!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Kennedy Nunes, também é um assunto o que pensei em falar aqui, até abordaria o assunto de forma um pouco diferente que v.exa. porque, na minha avaliação, se eu fosse governante de um país cujos jogadores fizessem isso, diria a eles desistir de jogar futebol e já ir para outro país onde, efetivamente, jogam e ganham dinheiro, porque pela Seleção não tem um salário, uma vez que não daria fazer um contrato profissional para um mês, 40 dias.

É um absurdo, é ridículo, mas Gana mostrou como é de fato. Pena que outros fazem de forma, vamos dizer assim, discreta, mascarada e aí concordo plenamente com v.exa. que, apesar do espetáculo que envolve paixões e multidões, inclusive deste que vos fala, com certeza existem grandes negócios que definem isso, inclusive, ninguém pode dar entrevista na Copa do Mundo se não for diante da placa com o nome dos patrocinadores credenciados pela Fifa.

Isso já é inclusive, a meu ver, um atentado à liberdade de expressão, pois se quero dar entrevista num outro local, por que tenho que parar e apenas dar entrevista ali? Porque a Fifa disse que tem que ser ali. Aliás, quem manda aqui é a Fifa e já faz algum tempo, e se não fosse a Fifa, não poderia, provavelmente, do pouco que entendo de lei e de movimentação de dinheiro, um

avião chegar ao Brasil e depois sair escoltado carregando dinheiro vivo nas ruas de uma cidade.

Então, a Fifa, efetivamente, está mandando aqui, infelizmente, não tem como deixar de fazer esse registro de forma crítica nesse aspecto, respeitando a nossa e a paixão de todos os brasileiros e de todos os povos do mundo ou da maioria dos povos do mundo pelo futebol.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado. Estamos vivendo um tempo de Fifa, o fifalandês, mas gostaria de deixar aqui registrado a minha nota, deputado Joares Ponticelli, de agradecimento à seleção de Gana por ter mostrado, nesse espetáculo pífilo, a sujeira que acontece por trás da Fifa que, no fundo, no fundo, é só dinheiro.

E da cena dos jogadores cheirando dinheiro, podemos concluir que não existe mais cheiro de suor, mas cheiro de euros e de dólares, que é uma pena, mas é a realidade que vimos. Obrigado seleção de Gana por mostrar um tiquinho da sujeira da Fifa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para a próxima terça-feira, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.